

Panorama da gestão da inovação e subvenção econômica em MPEs no Estado do Amazonas

Rafael Dantas de Oliveira (Universidade Federal do Amazonas) profrafaeldo@gmail.com

Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (Universidade Federal do Amazonas)

ricardo.nogueira3001@hotmail.com

Resumo

O objetivo do presente artigo é demonstrar um panorama acerca da gestão da inovação e subvenção econômica em micro e pequenas empresas (MPEs) no Estado do Amazonas. Para tanto, serão utilizados dados oficiais publicados em língua portuguesa, na base de dados da Pesquisa de Inovação (PINTEC), do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) com projetos e editais de subvenção econômica ligados à gestão da inovação em MPEs. A metodologia utilizada é de natureza exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa. Os principais resultados foram que há projetos desenvolvidos com esforços Federais e Estaduais que destinam o apoio às iniciativas de inovação às MPEs do Estado. Sobre o tema a gestão da inovação pode contribuir para seu desenvolvimento a partir das oportunidades de subvenção especialmente as não reembolsáveis. Conclui-se também a centralização que ocorre nas ações de apoio o qual ocorre em apenas algumas instituições demonstrando o pouco relacionamento entre demais órgãos públicos ou privados para desenvolvimento deste ambiente.

Palavras-Chaves: Gestão da inovação, Micro e Pequenas Empresas, Subvenção econômica

1. Introdução

A dinamicidade na gestão contemporânea prova a cada dia a necessidade de renovação constante por parte das organizações em meio às rápidas mudanças ambientais (WEERAWARDENA; MAVONDO, 2011). Como forma de acompanhar as transformações dos ambientes de negócios, as organizações optam por inovar e criam meios de manter um processo de inovação voltado à geração contínua de ideias de novos produtos e serviços inovadores.

O processo de inovação, de acordo com Roper e Arvanitiz (2012), envolve muito mais do que o desenvolvimento de produtos e serviços, envolve também a exploração de algumas oportunidades específicas.

No caso específico das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), o processo de inovação ocorre por vias peculiares e exclusivas, as quais não recaem diretamente no uso intensivo de pesquisa e desenvolvimento (P&D), de setores ou pessoas específicas para buscar e suportar inovações, mas sim por meio de práticas diárias com o cliente ou melhoramento dos processos, de forma

que os pequenos empreendimentos se desenvolvem por meio da experimentação, aprendizagem e adaptação de tecnologias ou práticas (HIRSCH-KREINSEN, 2008).

De forma a estimular melhores condições de competitividade nacional os governos procuram incentivar o crescimento econômico por meio do desenvolvimento da inovação e, apoiando projetos de P&D com potencial para gerar elevadas taxas de retorno (FELDMAN; KELLEY, 2006). Onde a busca da diversificação e distribuição de incentivos à inovação em empresas de diferentes portes (micro, pequena, média e grande). Desta forma, esse sistema possui um percentual do recurso orçamentário destinado apenas às MPEs (MORAIS, 2008).

De acordo com estas considerações, esse trabalho procura compreender como ocorre a relação da gestão de inovação com os projetos de inovação aprovados via subvenção econômica, no contexto específico das MPEs do Amazonas, de modo a evidenciar alguns aspectos peculiaridades deste cenário.

Para isto o trabalho estará desenvolvendo-se em algumas etapas onde na 1ª parte caberão apresentação e explicação da metodologia determinada à pesquisa proposta estabelecendo tipos, fundamentos e os argumentos que levaram à sua escolha. Na 2ª parte haverá apresentação conceitual e contextual dos principais assuntos levantados e estabelecidos nos objetivos e problema: conceito e gestão da inovação, a evolução das iniciativas dos programas de inovação (e especificamente de fomento via subvenção econômica não reembolsável) no Amazonas; levantados através de pesquisa bibliográfica. Em seguida buscar-se-á estabelecer a conjuntura de atuação das MPEs especificamente no Estado do Amazonas e o contexto de incentivos à inovação. As conclusões obtidas através do panorama de dados e informações compõe etapa seguinte onde se apresenta a procura de estabelecer análises e conclusões dos dados levantados. E ao fim mostra-se lista de referências bibliográficas utilizadas ao suporte e embasamento desta pesquisa.

2. Metodologia da Pesquisa

A natureza da pesquisa tem caráter descritivo, por se tratar de um método mais adequado para descrever as características do fenômeno investigado (GONÇALVES; MEIRELLES, 2002). E tem caráter exploratório, pois busca levantar informações sobre um determinado objeto (Severino, 2007), no caso em tela a gestão da inovação como foco principal.

A coleta de dados foi realizada por meio de dados secundários, de forma bibliográfica. Foram pesquisadas informações ligadas à gestão da inovação e editais de subvenção econômica destinadas à MPEs no Estado do Amazonas. Define-se como pesquisa bibliográfica aquela que se realizam a partir do registro disponível decorrente das pesquisas anteriores, em documentos, como livros, artigos, teses, etc. (Severino, 2007).

3. Conceito de Inovação

Dentre os inúmeros conceitos relacionados à inovação pode-se entender como a criação de um produto, serviço ou processo novo faz parte de um processo muito mais amplo, no qual o conhecimento é recolhido e gerido de forma a ser traduzido em insumo dentro da cadeia de valor da inovação (ROPER; ARVANITIZ, 2012).

A aceção mais ampla e antiga do conceito de inovação, que aborda o fenômeno através de um prisma mais econômico, especificamente microeconômico, vem da visão histórica e das colocações onde é proposto por Schumpeter (1982, p.48 e 49):

Esse conceito [de inovação] engloba os cinco casos seguintes: 1) introdução de um novo bem – ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados – ou de uma nova qualidade de um bem. 2) introdução de um novo método de produção. 3) Abertura de um novo mercado. 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias. 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio.

Do ponto de vista de Drucker (2008) a inovação possui o papel de atribuição de novas capacidades aos recursos existentes na empresa para gerar riqueza. Inovação, para ele, é o instrumento dos empreendedores, o processo pelo qual se explora a mudança como uma oportunidade para diferenciar-se, agregar valor e crescer economicamente.

Ainda conceituando inovação e segundo o Manual de Oslo inovação é:

Implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas" (OECD, 2005, p. 55).

As ações e impactos da inovação se ampliam para além das atividades comuns à P&D e abrange novas formas de se pensar em bens e serviços; esta visão procura subsidiar os envolvidos em políticas públicas e privadas de apoio à inovação de formas a evitar deformidades e a seguirem uma expectativa mais ampla sobre oportunidades de inovação em MPEs e nas indústrias tradicionais (CASSIOLATO & LASTRES, 2005).

3.1 Gestão da inovação

Entendendo que a inovação deva ocorrer prioritariamente por meio de um processo formal Montanha Junior et al. (2008) chamam atenção que tal situação pode estar visível em meio a um conjunto de processos notadamente desenvolvidos, após deliberação gerencial e estratégica, ao se explorarem atividades focadas especificamente voltadas para inovação; como podem também ser distribuídos por diversos macroprocessos de gestão de qualquer organização.

Tidd e Bessant (2015) acrescentam que a compreensão da inovação como um processo demanda a necessidade de que ela seja gerida na forma de entradas, saídas, atividades e subprocessos, métodos de controle, objetivos, parâmetros e recursos.

Tais afirmativas sugerem que a questão da inovação dialoga diretamente com a capacidade gerencial e os modelos de gestão que as organizações adotam, onde Lopes et al. (2012) apresentam um estudo bibliométrico dos modelos de gestão da inovação e ressaltam que o tema vem sendo tratado sob diversas dimensões – tecnológica, organizacional, processos e produtos. Dentre suas principais constatações, identificam ainda a multidisciplinaridade do tema, e falta de concentração de publicações em autores específicos.

A gestão da inovação é fator determinante para garantir competitividade às organizações onde Calmanovici (2011) assegura que a busca por novos modelos e arranjos organizacionais são essenciais para garantirmos a consolidação do existente e a evolução para uma liderança brasileira em inovação.

Conforme esses autores, gerir a inovação é basicamente conceber, melhorar, reconhecer e compreender as rotinas efetivas para geração de inovações, bem como facilitar seu surgimento dentro da organização.

3.2 Evolução do apoio à inovação e os programas de subvenção econômica

O contexto histórico de Ciência, Tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil até a década de 1950 não se podia afirmar a existência de um apoio institucional em prol da ciência e tecnologia no Brasil; a partir de 1951 a ciência e a tecnologia tornam-se um tema oficial da agenda do governo e do Conselho Nacional de Pesquisa (renomeado de CNPq em 1978)

assim como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram fundados nessa época (AUCÉLIO & SANT´ANA, 2006).

No que tange a evolução das políticas de CT&I e desenvolvimento no Brasil, Viotti (2008) caracteriza esse esforço em três diferentes fases: 1ª fase (até 1980): caracteriza-se como a fase da busca do desenvolvimento por intermédio do crescimento ou da industrialização extensiva; 2ª fase (anos 90 e 2000): marcada pela busca da eficiência, por intermédio da liberação das forças do mercado, como a forma de assegurar o desenvolvimento brasileiro; 3ª fase (atual): tem início um processo de revalorização das políticas públicas como ferramenta necessária ao desenvolvimento, todavia não há uma ruptura com a valorização dos mecanismos de mercado como instrumentos do desenvolvimento.

No caso da inovação nas empresas, um sistema robusto para financiamento e encorajamento do desenvolvimento tecnológico e da própria inovação foi esquecido; aliado a essa situação, temos nos anos 80 um longo período de instabilidade econômica o que influenciou a agenda governamental, da academia e dos negócios no Brasil. Com isso, o debate macroeconômico caracterizado no país durante os anos 1980 e boa parte dos anos 1990 exigiu o desenvolvimento de técnicas analíticas em áreas distantes dos debates em inovação que ocorria em muitos países (ARBIX, 2010).

Esse novo cenário é vocacionado para a promoção da inovação nas empresas no País e tem na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, seu principal agente. Estas leis intensificaram e aperfeiçoaram a relação entre as universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo. A partir de meados da década de 2000 a FINEP lançou diversos programas e chamadas públicas para apoio às empresas (CAVALCANTE, 2011).

Segundo informações do sítio eletrônico da FINEP (2016) o marco regulatório que viabiliza a concessão de subvenção econômica foi estabelecido a partir da aprovação da Lei 10.973, de 2004, regulamentada pelo Decreto 5.563, de 2005 (chamada LEI DA INOVAÇÃO), e da Lei 11.196, de 21.11.2005, regulamentada pelo Decreto no. 5.798 de 07 de junho de 2006 (chamada LEI DO BEM).

Via subvenção econômica o suporte financeiro, instituída pela Lei de Inovação, segundo Moraes (2008, p. 19): “consiste na concessão direta de recursos financeiros não reembolsáveis

às empresas, para a cobertura de despesas de custeio de projetos de PD&I de produtos e de processos inovadores”.

Demonstrando a aplicabilidade desta ferramenta a FINEP lançou de forma inicial, em 2006, três editais para a seleção de projetos, iniciando o Programa de Subvenção Econômica (desenvolvido através do PROGRAMA DE APOIO A PESQUISA EM EMPRESAS-PAPPE): (i) subvenção a empresas, no valor de R\$ 300 milhões; (ii) subvenção a micro e a pequenas empresas, com recursos de R\$ 150 milhões; e (iii) subvenção para a contratação de pesquisadores em empresas, com recursos de R\$ 60 milhões. O valor total previsto nos três editais alcançou R\$ 510 milhões, a serem aplicados nas empresas selecionadas no período de três anos. Dos quais uma parcela de R\$ 60 milhões foi destinada exclusivamente a MPEs, para a seleção de projetos de inovação no valor mínimo de R\$ 300 mil por empresa, em duas etapas: atendimento às opções estratégicas e às atividades portadoras de futuro.

As principais modalidades de financiamentos não reembolsáveis no País, e particularmente no Estado do Amazonas, vigentes no momento da realização deste estudo, são: Subvenção Econômica (operacionalizada pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI): consiste no aporte direto de recursos orçamentários nas empresas para a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, visando promover um significativo incremento da inovação no país; PAPPE Subvenção (operacionalizado pela FINEP): Programa de Apoio à Pesquisa a Micro e Pequenas Empresas com a finalidade de conceder apoio financeiro na forma de subvenção econômica (recursos não reembolsáveis) às empresas de base tecnológica de pequeno porte; TECNOVA (operacionalizado pelo FINEP e FAPEAM) cujo objetivo é criar condições financeiras favoráveis e apoiar a inovação - por meio de recursos de subvenção econômica - para o crescimento rápido de um conjunto significativo de empresas de micro e pequeno porte; FUNTEC (operacionalizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES): Fundo Tecnológico criado com o intuito de apoiar financeiramente projetos que objetivam estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o país, em conformidade com os programas e políticas públicas do governo; Programa RHAE (operacionalizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Instituto Euvaldo Lodi- IEL e FAPEAM): Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas, criado para agregar pessoal altamente qualificado em atividades de P&D nas empresas, além de formar e capacitar recursos humanos que atuem

em projetos de pesquisa aplicada ou de desenvolvimento tecnológico; e por fim Programa SEBRAEtec (operacionalizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE), criado com o objetivo de incentivar a utilização de tecnologia nas micro e pequenas empresas, visando sua modernização, para que possam se tornar mais competitivas no mercado globalizado.

De acordo com dados da FAPEAM (2016) disponibilizados em seu sítio eletrônico há o seguinte panorama quantitativo de MPEs contempladas nos editais de subvenção econômica não reembolsável (PAPPE e TECNOVA) a partir de 2004:

- Programa PAPPE Edital 001/2004 – 25 empresas
- Programa PAPPE Subvenção Edital 08/2008 – 19 empresas
- Programa PAPPE Subvenção Edital 17/2008 – 23 empresas
- Programa PAPPE Integração Edital 003/2011 – 24 empresas
- Programa Tecnova/AM – edital 025/2013 – 26 empresas

Compondo o total de 117 MPEs contempladas.

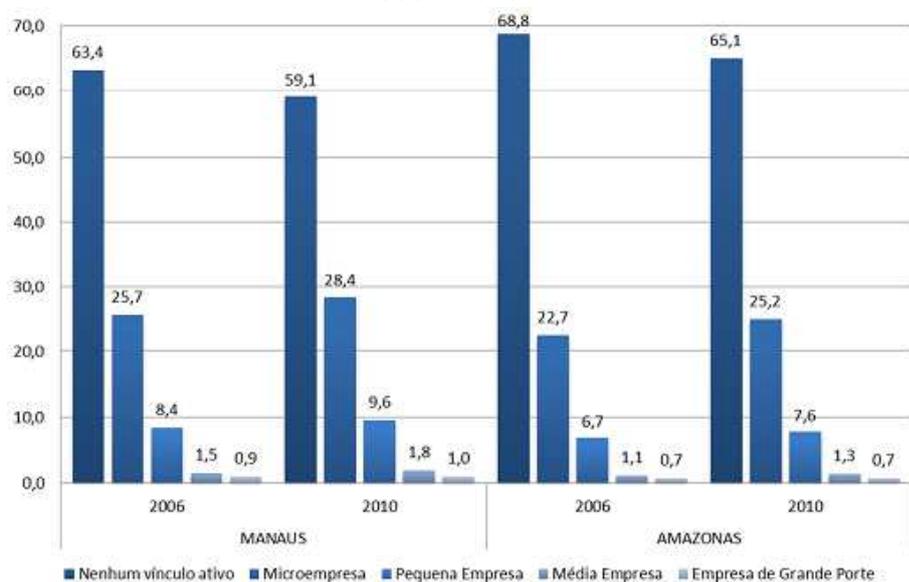
Para Rapini, Silva e Schultz (2010), ainda existem ausências, em todos os mecanismos de apoios financeiros, sobretudo nos não reembolsáveis, de uma metodologia de avaliação dos resultados, não em termos do sucesso ou insucesso das propostas, mas da real assimilação de conhecimento e internalização das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação das empresas contempladas com o financiamento.

2.3 Micro e Pequenas Empresas no Amazonas e Inovação

O desenvolvimento econômico pode ser fortemente influenciado pela estrutura produtiva das regiões, e as MPEs podem contribuir com uma parcela significativa para esse processo. No caso brasileiro, em que existe uma predominância dessas empresas no setor industrial e comercial da economia.

A participação dessas empresas na dinâmica econômica apresentou na década de 1990 uma forte ampliação, fato ainda muito discutido na ciência econômica. Mas o que se tem de concreto é que a maior parte da estrutura industrial brasileira é formada pelas MPEs, segundo dados do SEBRAE (2014).

Gráfico 01
Distribuição de estabelecimentos privados, segundo porte (em %) Amazonas e Manaus
2006 e 2010.



Fonte: RAIS, MTE.

Elaboração: DIESSE, 2011.

A partir dos dados no gráfico 01 do estudo do Departamento Intersindical De Estatística e Estudos Socioeconômicos- DIEESE (2011) observa-se que na análise de vínculos trabalhistas de 2006 e 2010, por porte de empresas, houve grande participação das MPEs e se faz perceptível a evolução nos números das mesmas no contexto econômico no Estado do Amazonas, onde em 2006 a participação foi de 27,4% elevando-se em 2010 para 32,8%. Especificamente em Manaus em 2006 possuía um total de 34,1% e em 2010 chegou a 38%.

Significando grande responsabilidade pela capacidade empregadora da maior parte da população economicamente ativa. De formas que faz-se necessário mensurar mais alguns dados que demonstram o cenário das MPEs no Estado do Amazonas.

Tabela 01
Quantitativo de Micro e Pequenas Empresas
Número e Distribuição dos estabelecimentos por porte 2013

	Micro e Pequena	Total %	Média e grande	Total %
Brasil	6.629.879	99,00%	70.242	1,00%
Norte	245 462	98,60%	3 417	1,40%
Amazonas	47 267	97,90%	1 014	2,10%

Fonte: SEBRAE, Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2014

Ao analisar apenas o quantitativo de empresas há o comparativo por porte demonstrado na tabela 01 acima, pode-se notar a considerável participação das MPEs no cenário econômico local participando em 97,90% do total de empresas localizadas no Amazonas, sendo este dado menor que a média obtida no Norte apresentado por 98,60%, grande parte devido à concentração de grandes indústrias localizadas no Polo Industrial de Manaus (PIM), porém este índice ainda demonstra o um grande percentual de empresas de MPEs há no Estado do Amazonas.

Quadro 01
Quantitativo de empresa industriais que implementaram inovações por tipo

Atividades da indústria	Empresas que implementaram inovações								
	Total	Que receberam apoio do governo, por tipo de programa							
		Total	Incentivo fiscal		Subvenção econômica	Financiamento			Outros programas de apoio
			À Pesquisa e Desenvolvimento	Lei da informática		A projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e inovação tecnológica		À compra de máquinas e equipamentos utilizados para inovar	
					Sem parceria com universidades	Em parceria com universidades			
Total Brasil	41	14							
Indústria	470	356	1 044	618	314	502	389	11 345	3 143
Total Amazonas									
Indústria	457	270	24	182	28	7	4	38	48

Fonte: Elaboração própria a partir de dados PINTEC (2011).

O Quadro 01 procura mostrar as indústrias no Amazonas que receberam apoio do governo federal para implementação de inovações e seus diversos tipos de programas contemplados, sendo sua maior participação pelo incentivo fiscal através da Lei da informática tal dado se justifica pela quantidade de empresas estabelecidas no PIM. Sendo de subvenção econômica 28 empresas no corte de dados apresentados no estudo de 2011.

Tabela 02
Estatística Propriedade Industrial Amazonas anos 2013 e 2014

Ano	Contratos	Desenho Industrial	Indicação Geográfica	Marcas	Patentes			Programa de Computador
					PI	MU	CA	
2013	162	12	0	1.506	4.080	30	0	20
2014	81	6	0	753	26	15	0	10

Fonte: Elaboração própria a partir de dados INPI (2015).

A tabela 02 procura mostrar de forma bem objetiva o quantitativo atual de indicadores e estatística de propriedade industrial realizada nos anos de 2013 e 2014, onde se pode perceber a concentração dos registros em marcas e contratos; onde as de indicação geográfica e Certificado de Adição de Invenção (CA) não possuem nenhum registro no período.

Entendendo assim que há uma larga amplitude de atuação seja de MPEs, de médias ou grandes empresas para desenvolvimento nesta perspectiva.

3. Conclusão

Observa-se através do panorama apresentado que o instrumento de subvenção econômica destinada exclusivamente à MPEs, hoje, configura-se como importante ferramenta e oportunidade de inovação, sendo que esse potencial de inovação depende do processo de estruturação internas (ligadas à capacidade produtiva, criação e gerenciamento de ideias e ações inovadoras, etc.) e externas (parcerias com instituições de pesquisa, oportunidade de participação em editais, cenário econômico local, etc.) à organização, o que no caso das MPEs tomam proporções específicas e exclusivas de seus ambientes de negócios.

Diante desse cenário podem-se destacar as seguintes instituições que possuem objetivo, programas, ações com esse foco: FAPEAM, SEBRAE, FINEP e IEL. Onde sobressai o papel da FAPEAM que desde sua criação lança e apoia projetos direcionados para o incentivo a inovação Estadual destinados às MPEs do Amazonas. Que se destacam os programas de fomento PAPPE e TECNOVA como principais oportunidades via editais de subvenção econômica não reembolsável do Estado.

Conclui-se, também, que existe uma centralização em apenas alguns órgãos públicos nas atividades e ações de apoio às MPEs, o que demonstra o não relacionamento e ações entre prefeituras, associações ou entidades civis no desenvolvimento de canais de comunicação e integração de ações entre órgãos públicos ou, também, privados no desenvolvimento deste ambiente.

REFERÊNCIAS

- ARBIX, G. Inovação: estratégia de sete países. Brasília, DF: ABDI, 2010.
- AUCÉLIO, J. G.; SANT'ANA, P. J. P. de. Trinta anos de políticas públicas no Brasil para a área de Agricultura. Revista Parcerias Estratégicas, Brasília, n. 23, p.252-268, 2006.
- BRASIL. Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- CALMANOVICI, C. E. A inovação, a competitividade e a projeção mundial das empresas brasileiras. Revista USP, São Paulo, n. 89, maio 2011.
- CASSIOLATO, J., LASTRES, H. “Sistemas de Inovação: políticas e perspectivas”, Parcerias Estratégicas, n. 08, pp. 237-255. 2000.

- CAVALCANTE, L.R. Consenso difuso, dissenso confuso: paradoxos das políticas de inovação no Brasil. Radar-Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília: IPEA, n.13. 2011.
- CHESBROUGH, H. Business model innovation: opportunities and barriers. Long Range Planning, vol. 43, pp. 354-363, 2010.
- DIEESE- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS Perfil das Micros e Pequenas Empresas no Município de Manaus, Termo de Contrato Nº. 005/2011 SEMTRAD e DIEESE. São Paulo, 2011.
- DRUCKER, P.F. Inovação e Espírito Empreendedor. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2008.
- FAPEAM- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. Relatório de Atividades 2014. Manaus-AM, 2014. Disponível em: <<http://www.fapeam.am.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/Relatorio-de-Atividades-2014.pdf>> Acesso em: 25 out. 2015.
- FELDMAN, M.P.; KELLEY, M.R. The ex ante assessment of knowledge spillovers: government R&D policy, economic incentives and private firm behavior. Research Policy, V. 35, p. 1509–1521, 2006.
- FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos. Subvenção econômica. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/capao-e-financiamento-externa/instrumentos-de-apoio/subvencao-economica>> Acesso em: 16 fev. 2016.
- GONÇALVES, C. A.; MEIRELLES, A. M.. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- HIRSCH-KREINSEN, H. Low-tech innovations. Industry and Innovation, vol. 15, n. 1, pp. 19–43, 2008.
- LOPES, A.P. V. B. V. et al. Innovation management: a literature review about the evolution and the different innovation models. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INDUSTRIAL ENGINEERING AND OPERATIONS MANAGEMENT, 2012, Guimarães. Proceedings... Rio de Janeiro: ABEPRO, 2012.
- MONTANHA JUNIOR, I. R. et al. Importância, Definições e Modelos de Inovação. In: CORAL, E.; OGLIARI, A.; ABREU, A. F. (Ed.). Gestão Integrada da Inovação: Estratégia, Organização e Desenvolvimento de Produtos. São Paulo: Atlas, 2008. p. 1-13.
- MORAIS, J. M. Programas especiais de crédito para micro, pequenas e médias empresas: BNDES, Proger e Fundos Constitucionais de Financiamento. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Org.). Políticas de Apoio à Inovação Tecnológica no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, v. 1, 2008. p. 389-433.
- OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2005, Oslo manual: the measurement of scientific and 94 technological activities. 3. ed. Paris: OECD. Traduzido pela FINEP. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>> Acesso em: 27 Out. 2015.
- RAPINI, M. S., SILVA, L., & SCHULTZ, S. (2010). Instrumentos financeiros de apoio à inovação: como é a participação das empresas mineiras. Anais do Seminário sobre a Economia Mineira, 14.
- ROPER, Stephen; ARVANITIZ, Spyros. From knowledge to added value: A comparative, panel-data analysis of the innovation value chain in Irish and Swiss manufacturing firms. Research Policy, vol. 41, pp. 1093-1106, 2012.
- SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo, Abril Cultural. 1982.
- SEBRAE. Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2014. Brasília, 2015. Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario-do%20trabalho-na%20micro-e-pequena%20empresa-2014.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2015.

- SEPÚLVEDRA, Leonardo Sampaio. Capacidade e inovação: a influência da gestão na capacidade de inovação das MPEs. Dissertação. UFBA. 2013. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuariodo%20trabalhona%20micro-e-pequena%20empresa-2014.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2016.
- SEVERINO, A. J. (2007). Metodologia do Trabalho Científico (23ed). São Paulo: Cortez.
- SUFRAMA- Superintendência da Zona Franca de Manaus. PIM fecha 2014 com faturamento de R\$ 87,2 bilhões. Manaus-AM, 2015. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=16896> Acesso em: 16 fev. 2016.
- TIDD, J.; BESSANT, J. Gestão da Inovação. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- VIOTTI, E. B. Brasil: de política de C&T para política de inovação? Evolução e desafios as políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação. In: CGEE - CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: CGEE, 2008.
- WEERAWARDENA, J.; MAVONDO, F. T. Capabilities, innovation and competitive advantage. *Industrial Marketing Management*, vol. 40, pp. 1220-1223, 2011.